



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO: UM PONTO DE REFLEXÃO**

**VALDIR DE ASSIS CRUZ**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO: UM PONTO DE REFLEXÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE 2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

VALDIR DE ASSIS CRUZ

## **AVALIAÇÃO: UM PONTO DE REFLEXÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 15 de fevereiro de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof. Adriana Andrade Gonçalves – Orientadora

---

Valdir de Assis Cruz - Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a toda Comunidade Escolar da Escola "Municipal Maria de Paula Santos" que, com seu voto de confiança e certeza, me elegeu Diretor na expectativa de uma educação de qualidade.

## **AGRADECIMENTOS**

O trabalho está concluído. Chega-se ao fim de um processo e uma certeza de certificar em mais uma competência, como mais um grande instrumento para enfrentar a nossa grande missão, educar.

Agradeço a primeiramente:

A "minha" Nossa Senhora da Aparecida: Que sempre foi minha fonte de força, inspiração e esperança, e a Deus : razão de nossa existência;

A minha esposa Remi, que me incentivou para o desenvolvimento deste trabalho;

Aos meus filhos Miguel de Assis e Santiago Mariano, que são a minha maior fonte de inspiração e força;

E aos tutores, que com muita paciência me incentivaram e compreenderam as diversas dificuldades encontradas no decorrer do processo;

A UFMG, que me proporcionou a oportunidade desta formação continuada.

*“A avaliação é reconhecidamente um dos pontos privilegiados para estudar o processo de ensino-aprendizagem. Abordar o problema da avaliação supõe necessariamente questionar todos os problemas fundamentais da Pedagogia. Quanto mais se penetra no domínio da avaliação, mais consciência se adquire do caráter enciclopédico da ignorância e mais se põe em questão nossas certezas, ou seja, cada interrogação colocada leva a outras.”*

*Sacristán (1998, p.295)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os resultados das avaliações externas na escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos com vistas a possibilitar uma reflexão sobre as concepções de avaliações que subjazem à prática da escola. O referencial teórico utilizado apresenta os conceitos de avaliações e apontamentos críticos sobre os efeitos das avaliações externas no processo educacional. Dentre as avaliações externas foi analisada a avaliação do PROALFA nos anos de 2009 a 2013 para fins comparativos e discutidos os impactos deste sistema de avaliação nos índices da referida escola nos correntes anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação da aprendizagem. Conceito de avaliação. Prática pedagógica. Processo ensino-aprendizagem.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>3. AS AVALIAÇÕES NA ESCOLA .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 As avaliações internas na escola.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 As avaliações externas na escola.....</b>	<b>12</b>
<b>4. DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>15</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>



## INTRODUÇÃO

Se existe um tema que ainda reina polêmico nas discussões do processo de ensino-aprendizagem é o processo de Avaliação de Aprendizagem. O ato de avaliar é um processo inerente às práticas escolares, pois sempre esteve presente no cotidiano escolar. Não deve ser considerada como um fim dentro de um processo, mas como um meio para atingir determinado objetivo. No contexto escolar é importante que ela esteja embasada dentro de uma fundamentação teórica que a fundamente. GATTI (2003, p.110) afirma que:

"Não há como separar avaliação de ensino, não há como pensar avaliação de alunos sem que se tenha claro o papel da educação na vida das pessoas. A estrutura e a dinâmica das escolas, com vistas à formação de pessoas, de cidadãos, deveriam mostrar-se como uma orquestra, a fim de apresentar no final do concerto, pelo menos até certo ponto, uma obra harmônica e com sentido. Cada instrumento com seu papel, cada disciplina com seus objetivos integrados e harmonizados no conjunto, em função de metas mais amplas a atingir. Em um contexto assim colocado, a avaliação dos alunos é atividade que adquire um sentido específico, orientada pelo papel da escola. Ao professor devem ficar claros os aspectos mais importantes a avaliar, não na direção apenas do tópico específico de que trata, mas de seu significado na formação da criança ou jovem, formação esta mais amplamente compreendida" GATTI (2003. p.110)

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, localizada à Rua Monsenhor Messias, 111, Centro, Sete Lagoas/MG, assim como as demais escolas das redes estadual e municipal, além de submeter os alunos às avaliações internas como requisito para progressão submete estes mesmos alunos às avaliações externas para utilização do governo na definição de políticas públicas.

Entretanto, nem sempre os resultados obtidos nas avaliações internas refletem nas avaliações externas, na grande maioria das escolas. Esse fato tem levado a reflexões sobre os impactos sobre os resultados das avaliações externas sobre as avaliações internas ou vice-versa. Machado (2012, p.7) define que a avaliação externa "é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar".

O foco do presente trabalho será analisar os resultados da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos nas avaliações do PROALFA nos anos de 2008 a 2013 frente as teorias contrárias às propostas a este tipo de avaliação.

A avaliação externa deve servir para se obter dados e, a partir deles, se verificar o que ocorre na realidade de cada escola para, então, se fazer planos de ação para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Só divulgar esses dados não é suficiente quando eles não são analisados dentro da realidade de cada escola, de modo que não se considerem as ferramentas possíveis a serem utilizadas e os instrumentos contextuais da escola.

As indagações que se fazem sobre esse tipo de avaliação referem-se à medida que essas avaliações podem influenciar em melhorias no processo educacional. Por que não utilizar as avaliações internas como instrumentos para proposições de políticas públicas? Essas indagações provocam certas inquietações visto que as avaliações internas, que visam avaliar sistematicamente o aluno dentro de seu tempo e espaço, perdem sentido para uma avaliação que desconsidera estas diferenças e, de forma desigual, cria um *ranking* entre as escolas.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AVALIAÇÃO

As pessoas estão sempre fazendo avaliação de si mesmas e de outras pessoas . O professor constantemente avalia seus alunos na sala de aula. A avaliação deve nortear as ações do professor sobre o que se ensina, como se ensina e como se aprende. Sobre a avaliação Luckesi (1995) revela que:

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. (LUCKESI, 1995,p. 28)

Nesse sentido, muito mais que aplicação de testes ou um julgamento final para aprovar ou reprovar um aluno no final de um ano letivo, a avaliação é um processo que evidencia mudanças necessárias para a melhoria na aprendizagem do aluno. Ela inclui antes de tudo um julgamento a respeito de um resultado ou uma atribuição de uma nota.

### **3. AS AVALIAÇÕES NA ESCOLA**

#### **3.1 As avaliações internas na escola**

A avaliação escolar é um processo contínuo que deve ocorrer diariamente, cabendo ao professor analisar permanentemente as atitudes e as atividades dos alunos. Nesse processo, o educador deve estabelecer objetivos claros de quais conhecimentos e habilidades deverão ser avaliados para fins de identificar as necessidades dos educandos, como também reformular procedimentos com vistas aos seus objetivos a serem alcançados. Segundo os PCNs (2001):

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio". (PCNs 2001,p.81)

Um dos principais propósitos das avaliações é permitir que o professor conheça o seu aluno. Saber o que ele sabe, seus gostos, hábitos e preferências. Assim, de posse dessas informações, é possível estabelecer uma forma de acompanhamento que seja adequada ao perfil do aluno, corrigindo rumos e estabelecendo uma forma de aprender a aprender.

Na Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos:

as avaliações internas são definidas como parcial, atividades independentes e bimestral. A parcial é aplicada no final do primeiro mês do bimestre e procura avaliar o domínio parcial das competências trabalhadas neste período. As atividades independentes são pequenas atividades que procuram avaliar as competências procurando imediatamente a análise e revisão do conteúdo não apreendido ao longo de todo o bimestre. A bimestral é aplicada ao final do bimestre e procura avaliar todas as competências trabalhadas em todo o bimestre"(PPP. Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos; p.33)

#### **3.2 As avaliações externas na escola**

Sistematicamente todas as escolas públicas são avaliadas pelos governos federal e estadual, objetivando cumprir as metas fixadas do Termo de Adesão ao

Compromisso “Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, que trata da educação Básica. O governo do estado de Minas instituiu-se o SIMAVE, constituído pelo *Proalfa e Proeb*, que avaliam respectivamente os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa e os alunos do 5º ano do ciclo complementar, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Já pelo âmbito federal, o INEP instituiu a Prova Brasil que avalia, de 2 em 2 anos, os alunos do 5º ano; e a ANA que avalia os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa.

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos desde 2008, tem apresentado resultados que deixa entrever a importância das metas do milênio e afirma em seu Projeto Político Pedagógico o seu entendimento que :

As avaliações externas objetivam avaliar especificamente os conteúdos curriculares, com o intuito de diagnosticar o nível de domínio das competências essenciais para a formação plena do educando e também determinar os fatores econômicos, sociais, educacionais e demográficos que influenciam nos desenvolvimentos das competências. Estas são consideradas, pelos governos nacional e estadual, como indicador que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. (PPP. Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos; p.34)

Entretanto sobre esse tipo de avaliação são ressaltadas muitas críticas. Machado (2012) define a avaliação externa como "processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar" (MACHADO; 2012, p. 71).

Perrenoud (1998) em seu artigo intitulado “A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares: um novo Avatar da Ilusão Científica?” afirma que:

Quando a avaliação é imposta a uma escola pelo sistema educacional do qual faz parte, a relação de forças é evidente : uma administração central quer se certificar de que as escolas observam os programas e as regras comuns e atingem um rendimento aceitável. Provavelmente, uma parte das escolas, no final das contas, sairá ganhando com uma operação deste tipo, mas, no início, todas poderão se sentir ameaçadas, principalmente se pretende conduzir a avaliação segundo critérios "objetivos" e métodos "científicos". Pois, nesse caso, ninguém poderá se proteger de um julgamento negativo invocando o arbítrio de um observador, sua má compreensão do que ocorre na escola, seus erros ou o tipo de aproximação que adota, ou ainda sua cumplicidade com informantes mal intencionados. (PERRENOUD, 1998, p.194)

Nessa perspectiva, há de se entender qual o verdadeiro sentido das avaliações externas, a quem elas servem, ou se, de fato, os resultados obtidos por esse tipo de avaliação promovem a qualidade da educação. A partir dessa premissa vem à tona toda a prática educativa e o seu suporte teórico e contextual. Para esses autores, avaliação não é um assunto que possa se separar dos assuntos vividos no dia a dia da escola e esse modo de pensar a educação deixa entender que a qualidade do ensino pode ser medida, equiparada à pontuação obtida nas avaliações externas.

#### 4. DISCUSSÃO DOS DADOS

O PROALFA, Programa de Avaliação da Alfabetização, cuja avaliação ocorreu no ano de 2005 em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), faz parte do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). É um programa gerenciado pela Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais que propõe verificar os níveis de alfabetização dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental para planejar ações que visam a melhoria da educação pública.

Certamente todas as escolas, assim como a escola aqui analisada, esperam que seus índices melhorem nessas avaliações e se inspiram nos parâmetros estabelecidos pelos idealizadores dessas avaliações para nortear os planejamentos de suas equipes pedagógicas.

No quadro abaixo são apresentados os resultados do PROALFA da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos entre os anos de 2008 a 2013, situando os níveis de proficiência de seus alunos frente aos resultados da rede estadual e Superintendência Regional.

	REDE ESTADUAL	SRE: SETE LAGOAS	ESCOLA
2008	550,3	594,0	584,4
2009	551,6	552,8	623,1
2010	589,8	615,5	673,0
2011	603,8	632,9	660,8
2012	598,5	615,1	683,1
2013	622,8	636,5	670,9

Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-anteriores/>

Pode-se observar que apenas no ano de 2008 o resultado da referida escola ficou abaixo do índice alcançado pela Superintendência, porém acima do nível apresentado pela Rede estadual. Nos anos de 2009 e 2010, os resultados da escola foram melhorando gradativamente, ficando sempre acima dos resultados apresentados pela Rede Estadual e pela Superintendência Regional. Observa-se que no ano de 2011 houve uma queda no índice dessa escola que saiu do nível

673,0 em 2010 para 660,3 em 2011. Mas, ainda assim, esse resultado se manteve acima dos resultados da Rede Estadual e da Superintendência Regional que ficaram em 603,8 e 632,9 respectivamente, conforme dados do SIMAVE, no ano de 2012 o resultado da escola melhorou significativamente, chegando a 683,1, resultado este bem acima dos apresentados pelas outras instâncias avaliadas. Contudo, no ano de 2013 os resultados da escola voltam a oscilar, caindo para 670,9, mas, novamente, este resultado mantém-se acima dos demais avaliados.

Em linhas gerais, os resultados do PROALFA da referida escola, nos anos analisados acima revelam uma melhoria na qualidade do ensino apontando para a alteração das práticas pedagógicas desenvolvidas.

Cabe ressaltar que a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos, em seu Projeto Político Pedagógico, partindo do princípio de uma gestão democrática, estabeleceu que todos os resultados das avaliações devem ser levados à discussão da comunidade escolar. Sobre gestão democrática Ferreira, Nunes e Fernandes (sd.pag. 4), afirmam que:

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola.

Em conformidade com a citação acima, fica evidente que nenhum projeto de trabalho que não tenha a participação efetiva de todos os envolvidos tende a obter sucesso. Assim a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos divulga os resultados das avaliações externas, reúne pais, professores e todos os envolvidos em um dia, denominado dia "D", proposto pela SRE, para uma análise de resultados e tomadas de decisões.

Ao contrário do que dizem as teorias, os resultados obtidos pela escola demonstram que as avaliações externas, apesar de significarem elementos estranhos ao cotidiano escolar, quando aplicadas como instrumento de gestão democrática, ou seja, os resultados compartilhados com toda a comunidade escolar, podem apresentar resultados satisfatórios. No caso da escola em análise, em dados



comparativos, percebe-se que os resultados, em termos gerais, surpreendem pelo seu alto índice e a sua manutenção durante longo período, sempre acima dos níveis gerais do estado e da Superintendência Regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi exposto neste trabalho, pode-se afirmar que a prática das avaliações externas representam uma interferência positiva no cotidiano da escola, apesar de toda a crítica contrária de alguns teóricos a essas avaliações.

A melhoria gradativa dos níveis de proficiência dos alunos da escola nessas avaliações externas apontam para a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, para a adoção de novas práticas e metodologias por parte dos professores e de toda a equipe pedagógica.

Essa mudança positiva reitera a concepção de avaliação apresentada nos PCNs quando este documento afirma que:

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. (PCNs 2001,p.81)

A avaliação externa encarada como mais um instrumento da prática da avaliação escolar, torna-se mais um rico recurso, não somente como instrumento de gestão, mas também como um importante olhar de fora para dentro da escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares nacionais:** Introdução – Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3ª edição. Brasília, 2001.

E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos - **Projeto Político Pedagógico**, 2014.

FERREIRA, João; NUNES, Karine; FERNANDES, Luiz. **Gestão escolar democrática:** definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf). Acesso em 13 jan. 2015.

GATTI, Bernardete A. **O Professor e a avaliação em sala de aula.** Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 97-113, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1150/1150.pdf>. Acesso em 13/01/2015.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, C. **Avaliação Externa e Gestão Escolar:** Reflexões sobre usos dos resultados. In Revista @ambienteeducação. 5(1): 70-82, jan/jun/2012.

MINAS GERAIS. O que é o PROALFA. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/o-que-e-o-proalfa/>. Acesso em 12/02/2015.

PERRENOUD, Ph. **A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares:** um Novo Avatar da Ilusão Cientificista? Disponível em: [www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perre-noud/php\\_main/php\\_1998/1998\\_49.html](http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perre-noud/php_main/php_1998/1998_49.html). Acesso em 13 jan. 2015.

SACRISTÁN, G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

## **ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**



**ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA  
CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE  
MÁRCIA PAULINA JORGE  
RICARLA FRANÇA MARTINS  
VALDIR ASSIS CRUZ**

**SETE LAGOAS, 2014**

# **ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**SETE LAGOAS, 2014**

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	FINALIDADES DA ESCOLA.....	9
2.1	OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	9
2.2	OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	10
3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
3.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	11
3.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....	12
4.	CURRÍCULO .....	16
5.	TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	19
5.1	PLANEJAMENTO.....	19
6.	PROCESSOS DE DECISÃO .....	21
6.1	PONTOS FORTES DA ESCOLA .....	22
6.2	PONTOS DE MELHORIA.....	24
6.3	PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA .....	24
7.	RELAÇÕES DE TRABALHO .....	26
7.1	PRINCÍPIOS ÉTICOS .....	27
7.2	PRINCÍPIOS POLÍTICOS.....	27
7.3	PRINCÍPIOS ESTÉTICOS .....	28
7.4	MISSÃO E VALORES .....	28
7.5	VISÃO .....	29
8.	AVALIAÇÃO .....	30
8.1	AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS.....	31
8.2	AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS.....	33
8.3	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA.....	35
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38

## 1. INTRODUÇÃO

A escola, como instituição social que busca o seu espaço na superação da ordem dominante, que predominou no Brasil com o ensino jesuítico, desde a época da colonização portuguesa, caminha em busca de ocupar um lugar de ênfase na formação do sujeito social. Ela lida com realidades diferentes e procura definir o seu papel como formadora de “habilidades e competências” exigidas pelo mercado globalizado no mundo capitalista.

Os desafios são grandes, mas não se pode fugir deles, nem mesmo fazer que eles não existam se o objetivo é o avanço no direito à educação, mas um direito sem discriminação de cor, raça, etnia, religião e outros.

Apesar de todos os esforços realizados para que todos possam ter acesso ao ensino, no Brasil, ainda é visível a defasagem na educação pública de todo o país. São muitos os problemas vividos na escola na atualidade, mas as políticas públicas, sendo analisadas e estudadas, demonstram que o papel da escola é muito importante e merece acompanhamento para que ela possa avançar, no sentido de melhorar cada vez mais.

Diante disso, compreende-se a necessidade da elaboração de um Projeto Político Pedagógico – PPP, que visa o desenvolvimento das políticas internas da escola, que implica ir além de abrir escolas e colocar nelas as crianças, mas considerar a situação de cada uma, no seu contexto econômico e social, visando o pleno desenvolvimento do ser humano.

O PPP é a identificação da escola. Um instrumento que define aspectos do currículo, da avaliação, da aprendizagem, dos direitos e deveres, visando uma conduta ética de valores humanos e morais.



Ao construir o PPP, a escola procura levar em consideração as influências diversas do meio social no qual a escola está inserida, de forma a garantir uma aprendizagem significativa e de valorização ao conhecimento prévio do educando.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos, ao elaborar o seu PPP manteve toda a comunidade escolar reunida, compartilhando ideias e reflexões constantes, sempre com o objetivo de contemplar o todo da escola, através da realidade atual, evidenciando os aspectos essenciais definidos por lei que se constitui como marco de referência na organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, valores, princípios, seus objetivos e metas.

O PPP, tendo vigência por um período de 5 anos, ele deve ser avaliado anualmente e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Ação de forma a atender às demandas da Escola e seu ajuste às novas necessidades.

Conforme a legislação vigente (BRASIL, 2006), a escola ministra o ensino fundamental, com duração de nove anos Sendo que a escola, por ser estadual segue a Resolução nº 1086, art. 3º, os anos iniciais do ensino fundamental são organizados em dois ciclos:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade.

II- Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade (SEE/MG, 2008).

Acredita-se que a aprendizagem, acontece em um ambiente de afetividade, por isso, a escola prioriza um ensino de qualidade, em que cada aluno identifique seu conhecimento, sendo o valor e o respeito características fundamentais, sempre observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), utilizando-se dos demais recursos e fontes que possam garantir a formação de cidadãos participativos, críticos, durante sua caminhada de descoberta em busca da aprendizagem.

O fazer da Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acredita-se que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno

constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe agir e reagir diante da realidade.

Assim, não há espaço na escola para a repetição mecânica, automática, e, sim, para aprendizagens contextualizadas e significativas.

Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos de Ensino Fundamental, de Sete Lagoas, foi criada pelo Decreto do Governador do Estado de Minas Gerais, nº 3638 de 14/11/1951, publicado no Jornal Oficial Minas Gerais de 16/12/1952.

Está localizada a Rua Monsenhor Messias, 111, centro, Sete Lagoas/MG, em prédio do Estado e entrou em funcionamento em 16/02/1952. EMAIL: escola141721@educacao.mg.gov.br.

O nome Dr. Ulisses Vasconcelos foi em homenagem ao grande médico Dr. Ulisses Gabriel de Castro Vasconcelos.

Foi criado na categoria de Grupo Escolar pelo Governador Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 1952, o referido prédio possuía apenas 06 salas de aula; em 1961 a CARPE fez uma reforma no prédio; em 1969 foram reconstruídas: a cozinha e a biblioteca; em 1977 foi feita a montagem de um galpão metálico e recomposição dos pisos dos pátios; de 1985 a 1986 foi feita uma reforma geral no prédio; construção de 04 salas de aulas – 01 sala da diretora, 01 Supervisão e Orientação, reforma na cozinha e despensa, reforma nas instalações sanitárias, colocação de 03 chuveiros, construção de instalações sanitárias para os funcionários; reforma da biblioteca e sala de mecanografia; troca de janelas de 04 salas.

De 1993 a 1996 – reforma geral do prédio: rede hidráulica; rede elétrica; cozinha e despensa; troca de todo o piso das varandas e salas de aulas; sala da supervisão; reforma geral dos banheiros masculino, feminino e dos funcionários; retirada do chapisco e pedras das paredes; reforma da secretaria e das salas 01 e 06; iluminação do pátio; restauração da fachada do prédio (retornando sua história); pintura e iluminação no muro da escola.

De 2000 a 2004, foram construídos bancos e mesas de ardósia e alvenaria nos pátios laterais, reforma das salas 08, 09 e 11 com troca de 4 janelas e pintura, construção de 04 salas para substituir as salas 08, 09, 10,11e 12 adequações da escola visando um melhor atendimento ao aluno portador de necessidades especiais.

Em 2008 – reforma do telhado da escola e piso do refeitório.

Neste ano de 2014, a escola possui 718 alunos matriculados, sendo todos frequentes e todos dentro da faixa etária certa em cada ano de escolarização.

A clientela é composta de filhos de funcionários civis, do serviço público, liberais e que se preocupam, em sua maioria, com o crescimento intelectual e a formação de valores éticos. Os alunos da Escola são oriundos de diferentes bairros da cidade de Sete Lagoas.

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento

deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes.

Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação, em seu sentido fundamental, é o desenvolvimento humano em seus aspectos físicos, cognitivos e afetivo-pessoais mais humanos e mais felizes.

O professor não é o único a ensinar, mas o principal mediador entre o sujeito que aprende e o objeto do conhecimento. Todo o ensino deve ser contextualizado, que valoriza o saber dos alunos, seus avanços, sucessos, sempre atrelado ao desenvolvimento de competências e habilidades, para que os alunos sejam capazes de agir, transformar e ter sucesso.

A E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos assume como seus, os princípios e fins da educação nacional LDB nº 9394/96, onde coloca a educação como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996). E, também de acordo com a Resolução da SEE/MG nº 2197/2012, “comprometendo-se com qualidade social e garantindo um percurso contínuo de aprendizagem de forma a progredir em estudos posteriores”.

Os objetivos gerais da Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos são:

- Propiciar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades;
- Assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir em estudos posteriores;
- Promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

### 2.1 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social para garantir ao educando:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- A aquisição de conhecimento e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- A promoção de um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

## 2.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são garantidos o acesso, o percurso e a permanência, caracterizando o seu processo de inclusão, mediante elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento individual – PDI.

O atendimento Educacional Especializado – AEE, identifica, elabora, organiza e oferece os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O prédio foi construído em 1909, onde funcionou a Escola Estadual Dr. Artur Bernardes. Sabe-se que o prédio foi utilizado para outros fins até ser criada e instalada a Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos.

Atualmente, após a realização de várias reformas e ampliações do prédio, e o bom gerenciamento feito pela direção da Escola, as instalações encontram-se em boas condições de funcionamento.

O prédio possui 13 salas de aula, 01 biblioteca, pátios, 01 secretaria, 01 diretoria, laboratório de informática com 12 computadores, 03 máquinas de xerox, 01 brinquedoteca e videoteca, 02 datashow, 02 Notebook, 04 caixas de som amplificadoras, 02 microfones, 01 sala das especialistas, cozinha/dispensa, 03 depósitos, 01 almoxarifado, 01 banheiro para os professores, 02 banheiros sendo 01 masculino e 01 feminino com 04 sanitários cada um, 01 refeitório com 10 mesas e 20 bancos, 01 palco para apresentações, 01 sala de professores.

#### **3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes.

Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

A escola conta com verbas oriundas dos governos estadual e federal. Dispõe de uma Caixa Escolar é regida por regulamento próprio e seu funcionamento se dá em conformidade com a legislação vigente.

A Caixa Escolar tem por finalidade:

- I – Gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que eles sejam revertidos em benefício do aluno;
- II - Promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;
- III- Colaborar na execução de uma política de concepção da Escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;
- IV - Contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da Escola, vinculada a Caixa Escolar, por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O uso dos recursos transferidos para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) segue as orientações do mesmo em relação à aquisição de produtos.

### 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Matrícula é o registro do ingresso do aluno na unidade escolar. A escola deve divulgar edital da matrícula por todos os meios possíveis.

A matrícula será feita por solicitação dos pais ou responsável e ocorre em qualquer época do ano.



A escola renova ou efetiva a matrícula dos alunos a cada ano letivo, sendo vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes da origem, gênero, etnia, cor e idade.

O processo de enturmação dos alunos é realizado pela equipe pedagógica e a direção considerando critérios institucionais de caráter pedagógico que contribuem para um ambiente mais propício à aprendizagem.

Segundo CURY (2007,p.491),

Turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e, por vezes, o que se põe no inciso IV do art. 3º da LDB que é o apreço à tolerância. Isso condiz com o que está disposto no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente: *No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente [..].*

No processo de organização das turmas devem ser seguidos os seguintes critérios:

- Equilíbrio do número de alunos que são constituídos de até 30 alunos do 2º ao 5º ano e até 25 alunos para as turmas de 1º ano;
- Idade cronológica;
- Nível de conhecimento (rendimento escolar) mais próximo, baseado nas avaliações diagnósticas realizadas pela Escola, nas observações feitas pelos professores, nos conselhos de classe, nas entrevistas individuais com as professoras e nos acompanhamentos feitos pelas especialistas e direção da Escola, tendo como objetivo uma possível equiparação de desempenho.

A direção e equipe pedagógica reúnem-se com os professores semanalmente para discutir assuntos relacionados aos planejamentos, avaliações, desempenho dos alunos e outros pertinentes a educação e, no mínimo, bimestralmente, para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico.

A parceria entre escola e família é extremamente importante para a garantia de uma educação de qualidade.

A educação é um serviço público, e o pai, um cidadão que deve acompanhar e trabalhar pela melhoria da qualidade do ensino.

Não dá para contar com os pais e professores apenas na organização de festas.

Partindo deste princípio, a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre questões pedagógicas. Pais informados sobre o trabalho desenvolvido passarão a se sentir comprometidos com a escola.

As reuniões devem ser muito bem planejadas, com objetivos bem definidos, ambiente acolhedor, direito de voz e respeito. A discussão deve avançar na procura das melhores oportunidades de promover um encontro positivo entre pais e professores.

A escola será muito melhor em parceria com os pais. A presença deles é essencial para a aprendizagem de sucesso dos alunos. Por isso conta com reunião bimestral conforme cronograma enviado antecipadamente e eventualmente, quando for necessário.

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

Lopes indica alguns pressupostos para um planejamento de ensino que considere a dinamicidade do conhecimento escolar e sua articulação com a realidade histórica.

São eles:

produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista; significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1988, p.22).

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

## 4. CURRÍCULO

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, por ser uma escola estadual deve seguir determinações advindas da Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, a escola procura evidenciar um currículo baseado numa educação concebida pela aprendizagem significativa voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificada pelo conhecimento.

O currículo expressa a função social da escola. É o elemento mais importante para o desenvolvimento da prática pedagógica. Ressalte-se ainda que, no currículo, se entrecruzam componentes diversos e determinações de todo o sistema escolar.

Para Moreira e Candau (2008, p.19),

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos construídos que sistematizam nas escolas e nas salas de aula.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o currículo deve ser constituído pelas experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento que procura valorizar as experiências prévias do aluno com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo assim para a construção da identidade do estudante.

De acordo com Guedes-Pinto e Leal (PACTO/LP, unidade 2, ano 3, p. 7):

o currículo é construído na prática diária de professores e, portanto, nem sempre reflete exatamente o que os documentos oficiais orientam, mas também não pode ser entendido como decisão de cada um, precisa ser na verdade, fruto de construções coletivas que tenham como norte princípios partilhados.

De acordo com a Resolução SEE 2197 na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática e vivência dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia, são abordados de forma articulada com o processo de

alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II – A questão ambiental contemporânea é abordada partindo da preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III – O Componente Curricular Arte oportuniza aos alunos momento de recreação e ludicidade, por meio de atividade artístico culturais.

IV – O Ensino Religioso reforça os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz. (Resolução SEE/MG, nº 2.197/12).

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir, segundo Resolução SEE/MG, nº 2.197/12, ao educando:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A inserção dos temas transversais no currículo escolar, atua como eixo norteador que possibilita a discussão de questões que promovem a análise e reflexão a ponto de provocar mudanças de comportamento e atitudes necessárias que permitam ao educando estabelecer uma relação entre o conhecimento sistematizado com a realidade a seu entorno.

A escola deverá integrar diferentes disciplinas a um eixo temático quer possibilitará, ao educando a compreensão plena dos componentes curriculares e seus conteúdos.

Neste ano de 2014, o projeto institucional desenvolvido pela escola apresenta como tema “Mexa-se! Em terra de copa do mundo não vá ficar parado... exercite o corpo e a mente e deixe a preguiça de lado!”

Este projeto será desenvolvido, procurando atender a necessidade do movimento da criança, tanto do corpo quanto da mente, aliada ao grande evento esportivo que é a Copa do Mundo. Contudo, pretende-se também estimular o prazer em fazer exercícios físicos, brincar, desenvolver o raciocínio lógico, desafiando as capacidades através de gincanas do conhecimento, campeonatos, disputas saudáveis entre as próprias crianças da sala, bem como com outras turmas possibilitando também o envolvimento de toda comunidade escolar.

Além do projeto citado, a escola coloca em prática todos os anos o projeto da Praça literária, que procura desenvolver no educando o prazer pela leitura, por meio de atividades prazerosas como apresentações de teatro, recital de poemas, mostra de talentos, contação de histórias dentre outras apresentações.

## 5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Conforme art. 24 e 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada com a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Na Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, as turmas do Ensino Fundamental do Ciclo da Alfabetização, com a duração de 03 (três) anos de escolaridades, 1º, 2º e 3º anos são ofertados no turno vespertino e do Ciclo Complementar, com a duração de 02 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos são ofertados no turno matutino.

De acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Por se localizar numa área central da cidade de Sete Lagoas, a Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos não dispõe de muitos espaços para atividades diversificadas com os alunos. Portanto somente são utilizados os espaços do laboratório de informática, biblioteca e os pequenos pátios que são divididos para refeitório, auditórios, aulas de Educação Física e recreio.

### 5.1 PLANEJAMENTO

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais

como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Com reuniões semanais destinadas a reuniões de planejamento, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos procurando aperfeiçoar sua prática de sala de aula e garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.



## 6. PROCESSOS DE DECISÃO

Na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos, muitas inquietudes e necessidades surgem quando se fala em decisões. Esse processo, muitas vezes, gera necessidades de soluções que, mesmo aparentemente evidentes, faz-se necessário a existência do diálogo com o objetivo de manter as relações de confiança entre a comunidade escolar.

A escola busca alternativas em meio a uma gestão democrática e participativa, sempre com o intuito de minimizar os problemas e ir além do aporte de condições materiais, técnicas e emocionais. Em seus momentos mais difíceis, a instituição conta com a política educacional democrática nos processos de decisão e nas relações entre os órgãos internos e externos.

O que prevalece nas relações da escola é a capacidade de seus funcionários, alunos e pais terem uma visão crítica da hierarquia no desenvolvimento do trabalho entre seres humanos sem autoritarismo, estabelecendo relações de confiança entre os mesmos. A pouca rotatividade de funcionários também contribuiu para o fortalecimento do grupo.

É importante ressaltar que os processos eletivos da escola são bem democráticos e os gestores são escolhidos através de eleição, mantendo a soberania popular no contexto da política educacional que a escola representa.

A participação do colegiado, já constituído na escola, tende a contribuir favorecendo os aspectos de democracia e liberdade de todos os que dela participam, como pais, alunos e professores. Por ser uma escola de ensino fundamental de 1º ao 5º ano, a escola não possui o grêmio estudantil.

A concepção de educação participativa segundo GANDIN (1994), ampara-se em uma leitura do mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça decorre, em grande medida, na falta de participação do sujeito em todos os níveis e aspectos da condição humana.

Essa concepção tende a tornar-se mais forte à medida que a sociedade incorpora os valores de liberdade, ética e cidadania. A internalização da democracia como um valor maior vem trazendo alterações nas relações de poder que acontecem no interior da escola, que passa a requerer uma organização baseada na participação, no diálogo e no respeito..

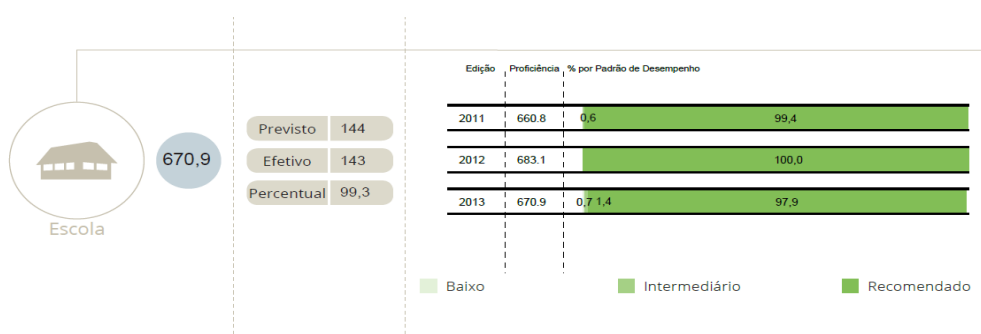
Tudo isso significa que, para uma gestão ser realmente participativa, é preciso participação também nas responsabilidades de elaboração e avaliação e não apenas execução.

## 6.1 PONTOS FORTES DA ESCOLA

O diagnóstico da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos foi realizado, considerando sua estrutura nas quatro dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

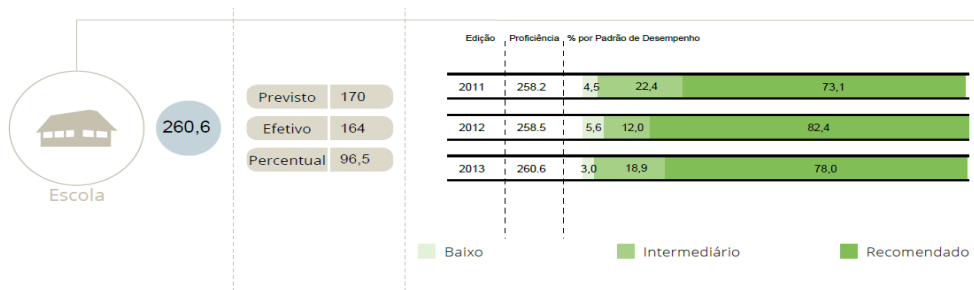
- Resultados das avaliações do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA, avalia alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, avalia alunos do 5º ano do Ensino Fundamental e PROVA BRASIL, comprovam avanços no desempenho dos alunos, conforme mostram os dados gráficos das avaliações externas;

### Resultados PROALFA em Língua Portuguesa no ano de 2013

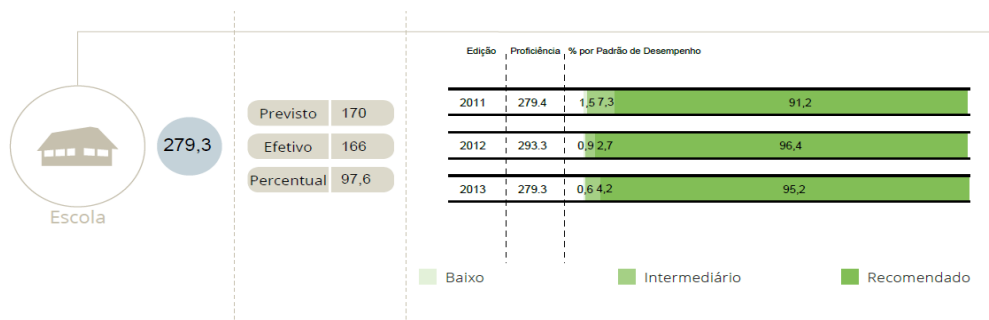


<http://www.simave.caeduff.net/proalfa/resultados-2013/por-escola-2013/>

### Resultados do PROEB em Língua Portuguesa no ano de 2013

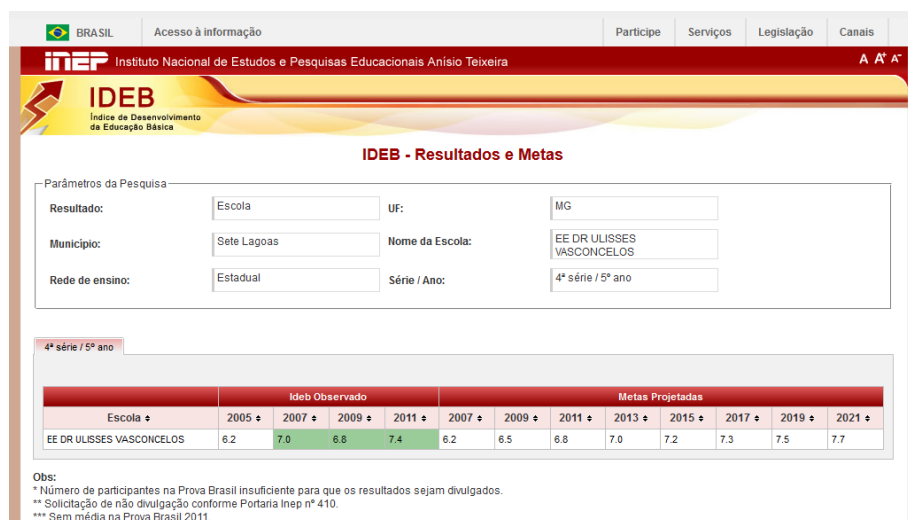


## Resultados do PROEB em Matemática no ano de 2013



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/>

Resultados do IDEB no ano de 2011, onde foram avaliados alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por meio da Prova Brasil.



Fonte: <http://inep.gov.br>

- Gestão democrática da Escola com foco na Dimensão Pedagógica;
- Apropriação das Matrizes Curriculares;
- Elaboração do Cronograma das atividades a serem planejadas e executadas no decorrer do ano;
- Colegiado constituído;

- Existência de sala de Informática, brinquedoteca e videoteca e Biblioteca escolar;
- Residência dos servidores neste ano de 2014 é na própria comunidade , onde está localizada a escola.
- Boa estrutura física da Escola.
- Responsabilidade profissional
- Participação dos professores do Ciclo da Alfabetização no Pacto.

## 6.2 PONTOS DE MELHORIA

- Maior assistência das famílias em relação ao acompanhamento da vida escolar do aluno;
- Constante aprimoramento da prática pedagógica através de capacitações com profissionais especializados de outras instituições;
- Maior aproveitamento nos momentos de reuniões pedagógicas;
- Maior utilização dos materiais pedagógicos existentes na Escola;
- Maior utilização dos espaços pedagógicos existentes na Escola;
- Tornar cultura a prática de registrar as diversas situações pedagógicas, reuniões com pais, especialistas, professores, tudo que envolve o cotidiano escolar.

## 6.3 PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

Os princípios que definem os procedimentos metodológicos a serem utilizados na sala de aula, em busca de uma educação mais sólida, estão em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento.

a) APRENDER A CONHECER – Adquirir os instrumentos da compreensão. Este tipo de aprendizagem que visa, não tanto aquisição de um repertório de saberes codificado, mas antes, domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, pode ser considerado, simultaneamente, como meio e não como uma finalidade da vida humana. Meio porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos, na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade: seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

b) APRENDER A FAZER – Para poder agir sobre o meio envolvente, ensinando o aluno a colocar em prática seus conhecimentos para solucionar problemas e interferir na realidade de forma consciente.

c) APRENDER A VIVER JUNTOS, APRENDER A VIVER COM OS OUTROS – a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. Sem dúvida, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no processo da humanidade. Aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe a esperança posta por alguns no processo da humanidade.

d) APRENDER A SER – via essencial que integra os três precedentes. A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa- espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na infância e na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

## 7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A legislação educacional demonstra o reconhecimento de que a qualidade do ensino é diretamente dependente do perfil e da qualificação dos profissionais do magistério. São de interesse da comunidade escolar a formação e a valorização desses profissionais, pois eles são agentes mais importantes para garantir o cumprimento dos objetivos da educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Tais objetivos não estão inscritos para serem apenas formalmente considerados, eles devem ser seguidos mediante a existência de profissionais com qualificação em seu trabalho pedagógico.

Uma das condições para a implementação de uma política efetiva na escola é a valorização dos trabalhadores da educação que deve ser o resultado do lidar com os saberes e a relação entre as pessoas.

A gestão dos trabalhadores da educação na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos busca promover o desenvolvimento da consciência crítica, condição básica para o desenvolvimento da cidadania, sempre destacando que o esforço coletivo se realiza em função de cumprir os objetivos.

De acordo com Gonçalves e Carmo (2001), em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório.

Assim, a escola procura sempre considerar cada um dos elementos de valorização do seu corpo docente,, afim de que as políticas educacionais venham a ser de fato consistentes.

### 7.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS

De acordo a Resolução 2197, SEE/MG (2012) por ética, entende-se a prática da honestidade, da integridade, da dignidade nas relações pessoais, e institucionais, tendo como referência o interesse coletivo.

Conforme os princípios norteadores constantes no Parecer CNE/CEB Nº: 11/2010, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos propicia um ambiente que estimula a vivência, a justiça, à solidariedade, liberdade e autonomia, respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar qualquer manifestação de origem, etnia, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses valores éticos são vivenciados por todos os que fazem parte da comunidade escolar como pais, alunos, professores, direção e demais servidores da Escola.

### 7.2 PRINCÍPIOS POLÍTICOS

Segundo, artigo 3º, inciso II da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, são princípios de reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades, conforme diz a Resolução 2197 (SEE/MG, 2012).

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos assegura a todos os segmentos escolares o direito de participação na vida da Escola.

### 7.3 PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os princípios do cultivo da sensibilidade juntamente com a racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos propõe ações que estimulam a criatividade, a criticidade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais.

### 7.4 MISSÃO E VALORES

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem por missão potencializar as competências dos segmentos escolares (diretor, especialistas, professores, alunos, servidores, comunidade escolar), desenvolvendo o senso de coletividade e cooperação para o desenvolvimento de soluções e estratégias pedagógicas que garantem a qualidade da Escola e a permanente procura da excelência que leva à superação dos desafios e ao alcance das metas. Por isso, a Escola busca:

- a) Assegurar um ensino de qualidade, garantindo acesso e permanência dos alunos na Escola;
- b) Oferecer aos alunos um ambiente de aprendizagens significativas e contextualizadas;
- c) Ter profissionais e alunos competentes, satisfeitos e felizes;
- d) Garantir uma gestão participativa, democrática, com foco no eixo da gestão pedagógica;
- e) Garantir transparência, agir de forma clara e íntegra, compartilhando informações e experiências;
- f) Ter compromisso com o coletivo – comunicação compartilhada de informações e experiências;
- g) Zelar pela ética no desenvolvimento do trabalho e nos relacionamentos interpessoais, considerando o impacto de sua ação na realidade de outros indivíduos.



## 7.5 VISÃO

Ser reconhecida como uma Escola Pública de qualidade, que ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos dominem as competências e habilidades necessárias para a continuidade com bom desempenho nos seus estudos. Para se alcançar essa qualidade toda equipe escolar deverá estar consciente do seu papel e da sua responsabilidade social.

## 8. AVALIAÇÃO

Avaliar é atribuir um valor a fatos, objetos e desempenhos. Avaliar em educação é, segundo Luckesi (1988, p.18), “julgar dados relevantes para tomar uma decisão”.

A escola compreende a avaliação como um diagnóstico que possibilita ajudar o aluno a aprender e dominar as competências básicas essenciais para o seu progresso individual, contínuo e pleno, buscando capacitá-lo a participar ativamente da sociedade em que está inserido.

A avaliação na Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem caráter processual, formativo e participativo. Onde tornar-se capaz de investigar sua prática, refletir sobre suas ações, construir seus conceitos e formar suas ideias a partir de seu conhecimento prévio e do conhecimento adquirido ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Conforme Ott et al, (apud KHAHE, 1990, p.20),

O processo de avaliação é uma etapa de um processo mais amplo que inicia na sociedade, define o sistema educacional, institucionaliza na escola e acontece em sala de aula. Neste sentido a avaliação da aprendizagem, que, por sua vez, têm que ser contextualizados na escola – entendidos como professor, aluno, direção, comunidade – e na sociedade, que é o contexto mais global que se inclui.

A avaliação deve ser considerada em todas as dimensões do comportamento humano. Portanto não se pode avaliar o cognitivo, sem procurar compreender, analisar e avaliar, a dimensão que a área psicomotora e afetiva pode influenciar diretamente nela. Na avaliação integral do educando deve-se considerar todas as áreas.

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos utiliza em sua prática como avaliações internas: as avaliações diagnóstica, cumulativa e contínua de

aprendizagem procurando sempre refletir, planejar e buscar novas metodologias que atinjam o desenvolvimento de ações e de aprendizagem com análise dos resultados.

Conforme Resolução da SEE/MG nº 2197/2012:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Contempla também a referida resolução que:

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

## 8.1 AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS

Os resultados das avaliações internas serão convertidos em conceitos, que devem ser registrados no Diário de Classe de cada turma e na Ficha Individual do aluno ao final de cada bimestre. Os resultados devem ser divulgados aos pais ou responsáveis, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, por meio de reuniões bimestrais, entrega do portfólio e assinatura da ficha bimestral.

Os portfólios contendo todos os instrumentos utilizados para avaliação (provas, trabalhos escritos) devem ser devolvidos aos alunos após a sua correção. Será dada ao aluno nova oportunidade de realização das atividades para verificação de aprendizagem. Os pais levam o portfólio para analisar, em casa, junto com o filho o seu desempenho no bimestre.

São realizadas reuniões individuais para os pais quando seus filhos não estão se empenhando durante as aulas e não realizam as tarefas extraclases.

Durante as aulas especializadas os professores estão à disposição dos pais que necessitam de informações ou de solucionar problemas relativos aos filhos.

Os referenciais utilizados como registro para a avaliação no diário escolar, fichas individuais serão:

- Referencial para compreensão do desempenho nas Áreas de Conhecimento:

**A** – Apresentou competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e decisões agindo de modo satisfatório nas situações vivenciadas. Equivale de 90 a 100 pontos.

**B** – Apresentou domínio parcial nas competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e com maior segurança nas situações vivenciadas. Equivale de 70 a 89 pontos.

**C** – Necessita de apoio pedagógico para superação das dificuldades identificadas, para dominar as competências e habilidades necessárias para o seu desenvolvimento. Equivale abaixo de 70 pontos.

- Referencial para compreensão do Processo de Formação:

**S** – sim

**N** – não

**AV** – às vezes

- Para compreensão de Processo de Formação serão observados:

I – Atitudes e Valores Éticos – o aluno respeita os colegas e professores, interage nos grupos de trabalho e nas atividades fora de aula;

II – Compromisso/Criticidade – o aluno participa, efetivamente, do processo de construção do conhecimento, realizando trabalhos individuais e de grupo com iniciativa e criatividade, capacidade de argumentação, resolução de problemas, organização e conclusão das atividades propostas utilizando diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros filmes, documentos, enciclopédia, pessoas da comunidade) e diferentes formas de registro (escrita, gráfico, desenho, montagem, imagens...).

III – Participação da família – o aluno encontra na família o apoio e a participação para o seu desenvolvimento escolar.

As avaliações internas são definidas como parcial, atividades independentes e bimestral. A parcial é aplicada no final do primeiro mês do bimestre e procura avaliar o domínio parcial das competências trabalhadas neste período. As atividades independentes são pequenas atividades que procuram avaliar as competências procurando imediatamente a análise e revisão do conteúdo não apreendido ao longo de todo o bimestre. A bimestral é aplicada ao final do bimestre e procura avaliar todas as competências trabalhadas em todo o bimestre.

As avaliações servem de subsídios para o acompanhamento da construção do conhecimento do aluno e norteiam o desenvolvimento de uma ação pedagógica de modo diferente, onde o professor com a proposta de atividade alternativa e diversificada procura resignificar o processo de ensino aprendizagem daqueles que não adquiriram totalmente as competências trabalhadas. Boavida et. al (1992), afirma que:

[...]a avaliação só tem sentido se for acompanhada por uma mudança de atitudes, por uma concepção diferente do que seja, por parte do professor e dos alunos, a avaliação. Isto é, qual a sua função, o que é que se lhe deve pedir, como devemos atuar, em suma, quais são os seus reais objetivos. (BOAVIDA 1992, p.5)

## 8.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS

As avaliações externas à escola, realizadas em larga escala, são aplicadas pelos governos federal e estadual. Anualmente, são aplicadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, que avalia os alunos do 5º ano do ciclo complementar, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA, que avalia os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa. São aplicadas também pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP– que avalia, a cada dois anos, por meio da Prova Brasil, os alunos do 5º ano do ciclo complementar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática

e por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa.

As avaliações externas objetivam avaliar especificamente os conteúdos curriculares, com o intuito de diagnosticar o nível de domínio das competências essenciais para a formação plena do educando e também determinar os fatores econômicos, sociais, educacionais e demográficos que influenciam nos desenvolvimentos das competências. E são considerados, pelos governos nacional e estadual, como indicador que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação.

A partir da análise dos resultados das avaliações internas e externas, os professores, pedagogas e direção devem reunir-se para elaboração, anual, do Plano de Intervenção pedagógica – PIP e demais planos da escola.

Estes resultados são repassados aos pais em dia predefinido pela Secretaria Estadual de Educação, denominado pelo dia D, para análise, reflexão e tomada de decisões.

A divulgação dos resultados das avaliações externas é realizada de início internamente, no Dia D – Toda Escola deve fazer a diferença. É feito um estudo dos resultados, análise e levantamento das capacidades em que os alunos apresentaram defasagens para de imediato melhorar as práticas de ensino.

Posteriormente, a Escola é preparada para receber e acolher os pais, no dia D – Toda comunidade participando. O compromisso é sensibilizá-los de sua importância na garantia do sucesso nos resultados positivos dos filhos.

Os resultados do PROAFA/PROEB e IDEB são apresentados aos pais. É feita a análise junto com os pais, definindo coletivamente quais as capacidades em que os alunos apresentaram defasagens. Os resultados das reflexões serão transformados em ações que deverão ser incluídos no plano de intervenção pedagógica.

O ponto fundamental da intervenção pedagógica está situado em um trabalho bem planejado e executado no dia a dia em sala de aula, com o acompanhamento do professor e sua intervenção imediata no desempenho do aluno.

A Escola oferece diferentes oportunidades de aprendizagens através do Plano de Intervenção Pedagógica ao longo do ano letivo, que tem como meta o atendimento às necessidades do aluno no domínio de todas as competências e habilidades das aprendizagens básicas.

Para o atendimento individualizado é elaborado um plano de atendimento constando a justificativa, a situação atual, os objetivos a serem alcançadas, as metas, ações e estratégias para melhorar o nível de aprendizagem do aluno. O plano de intervenção individual é registrado no caderno de trabalho do aluno.

Antes de iniciar a intervenção, os pais são convidados para participar de uma reunião onde são comunicados sobre a necessidade dos filhos terem um atendimento através do PIP. É solicitada a participação da família neste processo.

Conforme a Resolução 2197:

Faz parte integrante do Projeto Político-Pedagógico o Plano Intervenção Pedagógica (PIP) elaborado, anualmente, pela Equipe Pedagógica da Escola, a partir dos resultados das avaliações internas e externas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e garantir a continuidade de seu percurso escolar.

Os profissionais da Escola devem reunir-se periodicamente, conforme cronograma estabelecido pela Equipe Gestora, para estudos, avaliação coletiva das ações desenvolvidas e redimensionadas do processo pedagógico, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

### 8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A metodologia da Avaliação de Desempenho Individual – PDI – é estabelecida segundo legislação vigente. Conforme o Manual da Avaliação de Desempenho

Individual - ADI dos Servidores da Secretaria de Estado De Educação os objetivos da Avaliação de desempenho individual são:

- I - Valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidores;
- II - Aferir o desempenho do servidor no exercício do cargo ocupado ou função exercida;
- III - Identificar necessidades de capacitação do servidor
- IV - Fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;
- V - Aprimorar o desempenho do servidor e do Sistema Estadual de Educação;  
possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e com suas chefias;
- VI - Promover a adequação funcional do servidor;
- VII - Contribuir para o crescimento profissional do servidor e para o desenvolvimento de novas habilidades;
- VIII - Contribuir para a implantação do princípio da eficiência na Administração pública do poder Executivo Estadual, a melhoria da prestação do serviço público e, em especial, da qualidade da educação escolar.

O referido manual estabelece que a avaliação de desempenho na Secretaria Estadual de Educação siga as especificidades das atribuições dos cargos ou funções. Os profissionais da educação foram agrupados conforme os seguintes segmentos:

- A - Pessoal Docente: Professores da Educação Básica;
- B - Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional e Professores em outras funções na escola;
- C - Ajudantes de Serviços Gerais.

Quanto ao processo avaliatório, o manual entende que é o tempo compreendido entre a publicação do Termo Inicial de Avaliação e a conclusão dos registros do desempenho de cada servidor, no Termo Final de Avaliação, pela Comissão de Avaliação.

A Comissão de Avaliação da Escola é composta por membros titulares e suplentes, escolhidos através do voto, e as reuniões devem ser presididas obrigatoriamente pela chefia imediata. A composição da Comissão deverá ser registrada em ata e os nomes dos membros afixados em local visível na escola.

Ainda em conformidade com o manual “[...] a comissão de Avaliação realizará os trabalhos com a presença da maioria absoluta de seus membros e, no caso de



ausência de membro titular, o presidente deverá convocar, imediatamente, a presença do suplente”.

Existem normas legalmente estabelecidas, instrumentos próprios, fichas profissionais, e calendário para execução de todo o processo da avaliação. Concluído o trabalho, inserir, conforme calendário, os dados da avaliação de desempenho no SISAD.

Avaliação de Desempenho, como acima concebida, é o fechamento de todo um trabalho realizado durante o ano onde as ações, resultados e encaminhamento do ensino-aprendizagem são analisados, refletidos e as decisões são tomadas visando o crescimento profissional e as necessidades dos alunos atendidas.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pressupõe uma gestão democrática e comprometida com a qualidade da educação, perpassando por decisões estratégicas do Gestor da Escola, sem os quais o processo ficaria comprometido.

O Processo de revisão e/ou reestruturação do Projeto Político Pedagógico é compreendido por vários momentos interligados. Todos esses momentos passam por um processo de avaliação que possa permitir à Escola, caminhar do real para o ideal, desenvolvendo ações possíveis de serem executadas e implementadas.

A Escola tem um planejamento que leva em consideração o trabalho escolar e sua prática pedagógica, que viabilizando o desenvolvimento do Plano de Ensino, Plano de Aula, Plano de Ação e Plano de Intervenção Pedagógica, possibilitando a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem dos alunos nas avaliações internas e externas.

Ao Diretor da Escola, cabe a responsabilidade de imprimir o trabalho coletivo de construção e implementação desse instrumento. A confiança, o respeito mútuo, os sentimento de cooperação e de solidariedade, apropriando ao PPP como um instrumento para a consolidação de uma Escola que, de fato, possa cumprir sua função social.

## REFERÊNCIAS

BOA VIDA, João et al. **Avaliação formativa: uma função diferente. O professor.** (3ª série). Mar/Abr. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1992.

BRASIL, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/1996 Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_, (2006). **Lei 11274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em 16/9/2014.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Básica. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios.** Ano 1: unidade 1. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

\_\_\_\_\_, (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 28/07/14.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 20/07/2014>.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisões.** 2001. Disponível em <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>>. Acesso em 8/8/2014

KHAHE, Elizabeth D. **Avaliação escolar: pesquisa conscientizante.** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1990.

LOPES, Antonia O. **Planejamento do ensino numa perspectiva crítica da educação.** In: VEIGA, Ilma P. A. (coord.). Repensando a didática. Campinas: Papirus, 1988.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da escola aberta.** Curitiba: Jornal da Secretaria Municipal, Ano V, julho, 1988.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 1086, DE 16 DE ABRIL DE 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas escolas estaduais de Minas Gerais. Disponível em: <[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/%7B0556CBC9-](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B0556CBC9-)

2987-4EB1-A094-AA6B34C319DA%7D\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N.pdf> . Acesso em: 16/9/2014.

\_\_\_\_\_. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.** Disponível em: <<http://www.simave.caeduffj.net>>. Acesso em 28/07/2014.

\_\_\_\_\_(Estado). **Resolução SEE/MG n° 2.197, de 26 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camarasaofrancisco.mg.gov.br/leis/leisestaduais/RESOLUCaO%20SEE%20No%202164.pdf/view>>.

\_\_\_\_\_. **Manual da Avaliação de desempenho individual - ADI dos servidores da Secretaria de estado de educação.** Disponível em <[http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos/%7B3301864E-78ED41F3-A33F-E048C6FF27DE%7D\\_Manual%20da%20ADI-13-08.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos/%7B3301864E-78ED41F3-A33F-E048C6FF27DE%7D_Manual%20da%20ADI-13-08.pdf)>

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.